



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0048514-84.2010 (0290358-2)
COMARCA: RECIFE (9ª Vara Criminal)
APELANTE: FRANCISCO JAVIER HERRERA GAONA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

EMENTA: Penal. Processual Penal. Apelação Criminal. Furto qualificado. Uso de documento falso. Condenação. Possibilidade. A autoria dos crimes restou comprovada no caso concreto. Penas e regime prisional. Circunstância judicial considerada desfavorável compreendida no próprio tipo penal. Abrandamento. Possibilidade. Atenuante de confissão. Possibilidade. Restante da sentença mantida. Apelo parcialmente provido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao apelo, tudo consoante relatório e votos digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0048514-84.2010 (0290358-2)
COMARCA: RECIFE (9ª Vara Criminal)
APELANTE: FRANCISCO JAVIER HERRERA GAONA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por **Francisco Javier Herrera Gaona** contra o **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, com o fim de reformar a sentença prolatada pelo Juízo da 9ª Vara Criminal da capital, que julgou procedente a denúncia para **CONDENAR** o acusado dos crimes descritos na exordial, nos termos do artigo 155, § 4º, incisos II e IV, furto qualificado, art. 71, crime continuado, art. 304, uso de documento falso, art.65, inciso III, alínea “d”, atenuados pela confissão espontânea, e art.69, em concurso material, todos do Código Penal Brasileiro (CPB).

Conforme a denúncia, nos dias 29 e 30 de agosto de 2010, em continuidade delitiva, o denunciado Francisco Javier Herrera Gaona, em comunhão de desígnios com Arnaldo Sebastian Rodriguez Pogge e Maria Luiza da Silva, concorreu para os crimes de subtração de coisa alheia e uso de documento público falsificado.

Inconformado com a sentença condenatória, **Francisco Javier Herrera Gaona** interpôs o presente recurso de apelação, requerendo a reforma da sentença, a fim de que seja absolvido nas penas do delito tipificado no artigo art. 304, uso de documento falso.

O apelante também requer redução das penas impostas em razão da incursão no artigo 155, § 4º, incisos II e IV, furto qualificado, c/c art.71, crime continuado, art.69, em concurso material, todos do Código Penal Brasileiro.

TJPE
FLS.
663
2-



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Por fim, a defesa pugna pela diminuição, a qual deverá ser pautada na concessão da atenuante de confissão espontânea, conforme o art.65, inciso III, alínea "d", bem como em correção na equivocada aplicação do art. 59 do Código Penal Brasileiro. (fls.631/636).

Contrarrazões apresentadas pugnando pela manutenção da sentença condenatória (fls. 638/640).

O parecer da Procuradoria de Justiça é pelo provimento parcial do apelo (fls. 652/659).

É o Relatório.

À douta Revisão.

Recife, 19 de março de 2013.

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0048514-84.2010 (0290358-2)
COMARCA: RECIFE (9ª Vara Criminal)
APELANTE: FRANCISCO JAVIER HERRERA GAONA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

VOTO DO RELATOR

Compulsando os autos, verifico que acertadamente, na sua decisão, o douto Magistrado a quo sustenta que a materialidade e autoria do delito de uso de documento falso, disposto no art.304 do Código Penal Brasileiro (CPB), restaram evidenciadas, não havendo dúvidas quanto aos fatos narrados na denúncia.

Destaco que a questionada materialidade do delito de uso de documento falso (art. art. 304 do CPB) demonstrou-se comprovada através de documentos juntados aos autos e dos depoimentos prestados na esfera policial e em juízo. O próprio apelante o confessou judicialmente (fls. 353/354). Constan nos autos o documento falso (às fls. 46) e o recibo de hospedagem emitido pelo Hotel Coqueiral (às fls.48), provas de que o documento falso foi utilizado anteriormente à prisão.

Deste modo, no que se refere ao uso de documento falso, o pedido de absolvição não deve ser provido.

No que toca ao pedido de reforma da sentença com minoração da pena em relação ao delito de furto qualificado verifica-se merecer ser provido, em parte, o apelo do acusado Francisco Javier Herrera Gaona. Isto porque houve o estabelecimento equivocado de aumento de pena, por conta de aplicação indevida do art.59, do Código Penal Brasileiro somente quanto aos requisitos "consequências" e "motivos" do crime.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Em relação ao primeiro, o juízo *a quo* indicou o fato de que nem todas as vítimas recuperaram os bens subtraídos. Entretanto, a ausência de restituição da *res furtiva* é inerente ao tipo penal de furto e, em regra, aos crimes contra o patrimônio, não justificando aumento da reprimenda imposta.

No que toca aos motivos do crime, é pertinente observar que a obtenção de lucro fácil, tal como aduzido na sentença desafiada, também não justifica aumento de pena do delito de furto, sendo patente que integra elementar deste tipo penal.

Deste modo, dentro deste contexto e diante dos limites mínimo e máximo da pena aplicável ao crime de furto qualificado (entre dois e oito anos de reclusão), reduzo um mês da pena-base fixada pelo juízo *a quo*, passando de 5 (cinco) anos e 3 (três) meses, para 5 (cinco) anos e 2 (dois) meses de reclusão.

No respeitante a diminuição da reprimenda pelo motivo de o apelante ter confessado o delito espontaneamente, incidindo no art.65, inciso II, alínea "d" do CPB, atenuante pela confissão espontânea, não tem razão o apelante.

Na segunda fase da fixação da pena, tenho que o pedido de reconhecimento da atenuante de confissão não pode prosperar, tendo em vista que o apelante já foi beneficiado com a diminuição de 3 (três) meses da pena por igual motivação.

Assim, mantenho a atenuante de 3 (três) meses pela circunstância de confissão aplicada na sentença, fixando a pena, provisoriamente, em 4 (quatro) anos e 11 (onze) meses de reclusão.

Por fim, aplico o disposto no art.71, *caput*, do CPB (crime continuado) para aumentar a pena imposta em 1/6 (um sexto) sobre o valor de 4 (quatro) anos e 11 (onze) meses de reclusão, em conformidade com o



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670


posicionamento de procedência parcial do apelo. Torno a pena definitiva, então, em 5 (cinco) anos, 8 (oito) meses e 25 (vinte e cinco) dias.

Desta forma, torno concreta e definitiva a reprimenda em 7 (sete) anos, 8 (oito) meses e 25 (vinte e cinco) dias de reclusão, além do pagamento de 37 (trinta e sete) dias-multa, fixada em um trigésimo (1/30) do valor do salário-mínimo vigente à época da execução (patamar legal).

Por todo o exposto, **VOTO PELO PARCIAL PROVIMENTO** do apelo interposto por *Francisco Javier Herrera Gaona* reduzindo sua pena para 7 (sete) anos, 8 (oito) meses e 25 (vinte e cinco) dias de reclusão, além do pagamento de 37 (trinta e sete) dias-multa, fixada em um trigésimo (1/30) do valor do salário-mínimo vigente à época da execução (patamar legal).

É como voto.

Recife,


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0290358-2 – 9ª Vara Criminal da Capital -PE

Apelante(s): Francisco Javier Herrera Gaona
Apelado(s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Revisor Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de Apelação Criminal interposta por Francisco Javier Herrera Gaona, também conhecido pelo nome de Leonardo Andrés Gonsales Vaca, contra a sentença prolatada pela MM. Juíza de Direito da 9ª Vara Criminal da Capital, que o condenou à pena de 08 (oito) anos e 10 (dez) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 120 (cento e vinte) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos artigos 155, §4º, II e IV, c/c o art. 71, e 304, todos do Código Penal.

Em síntese, pugna pela redução da pena do delito de furto qualificado, e pela absolvição do delito de uso de documento falso. Assere que *"o apelante não foi preso fazendo uso do documento falso, mas apenas estava com o documento falso no momento da abordagem"* (fl. 635).

Inicialmente, urge salientar que o apelante, durante o curso da ação penal, utilizou-se do nome falso Leonardo Andrés Gonsales Vaca, por este motivo, na sentença condenatória, ainda consta o mencionado nome falso, quando o verdadeiro é Francisco Javier Herrera Gaona, consoante Laudo de Perícia Papiloscópica emitido pela Polícia Federal (fls. 557/563).

Pois bem. Inicialmente, analisarei o **pedido de redução da pena do delito de furto qualificado**.

Sabe-se que a fixação da pena-base é um processo de discricionariedade juridicamente vinculada, onde o Juiz analisa as circunstâncias judiciais de forma conjunta e fixa a pena dentro dos limites previstos no tipo penal, valendo-se do seu livre convencimento, desde que devidamente fundamentado.

Assim, para chegar a uma aplicação justa e suficiente da lei penal, o sentenciante, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, deve atentar para as singularidades do caso concreto, guiando-se pelos oito fatores indicativos relacionados no *caput* do art. 59 do Código Penal.

Analisando a sentença condenatória, verifico que a magistrada sentenciante fixou a pena-base do réu, ora apelante, em 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 60 (sessenta) dias-multa, por entender que militam em seu desfavor as circunstâncias judiciais referentes à culpabilidade, aos antecedentes, aos motivos e às consequências. Na segunda fase da dosimetria, reduziu a pena em 03 (três) meses, tendo em vista a atenuante da confissão. Na terceira fase, aplicou a regra do art. 71, *caput*, do CP, na fração de 1/6, tornando-a definitiva em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 60 (sessenta) dias-multa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0290358-2 – 9ª Vara Criminal da Capital -PE

Conquanto a togada sentenciante não tenha utilizado a ácie de sempre na elaboração do processo dosimétrico, entendo que a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão mostrou-se justa e proporcional ao caso concreto, tendo em vista os verdadeiros antecedentes criminais do apelante, atestados pela Polícia Federal (fl. 558), e as consequências do delito, uma vez que uma parte dos bens não foi reavida pelas vítimas e algumas das peças retomadas estavam avariadas.

Outrossim, na segunda fase do processo dosimétrico, entendo que a redução da pena em 03 (três) meses ante a atenuante da confissão, mostrou-se justa ao caso em análise, não merecendo qualquer reparo.

Na terceira fase, verifico que a juíza *a qua* exasperou a pena pela continuidade delitiva no patamar mínimo, qual seja, 1/6, mesmo tendo sido várias as investidas do acusado. Entretanto, em respeito à proibição da *reformatio in pejus*, deixo de exasperar a pena.

Portanto, entendo que deve ser mantida a pena de 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão, cumulada ao pagamento de 60 (sessenta) dias-multa, pela prática do delito de furto qualificado.

Superada a questão supra, passo à análise do **pedido de absolvição da prática do crime previsto no art. 304 do Código Penal**.

No momento em que foi preso, consoante afirmado pela própria defesa nas razões recursais, o apelante *"apenas estava com o documento"*.

Analisando os autos, verifico que tal documento consiste numa Cadeira de Identidade supostamente emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, na qual consta claramente a fotografia do apelante, conforme comparação realizada com um documento emitido pela Polícia Federal, no qual existe a imagem do acusado (fls. 557/563). Entretanto, o nome que consta nela é Vinicius Zanco Bueno, de filiação Raul Zanco Bueno e Maria Edna Zanco Bueno.

Durante toda instrução processual, inclusive no momento de seu interrogatório, o apelante afirmou que seu nome era Leonardo Andrés Gonsales Vaca. Apenas após a sentença, através da Polícia Federal, veio à tona nos autos que o seu nome verdadeiro é Francisco Javier Herrera Gaona.

Pois bem. No que concerne à materialidade do aludido delito, considero estar suficientemente comprovada na Carteira de Identidade com dados inverídicos (fl. 46) e no recibo emitido pelo Hotel Coqueiral (fl. 48), onde o apelante fez uso da mencionada Carteira de Identidade para a sua estadia.

A autoria avulta incontestemente, especialmente no depoimento prestado pelo próprio acusado em juízo (fls. 353/354), onde afirmou que *"comprou uma RG na feira aqui; Que nessa carteira o nome era de Vinicius; Que o documento já estava pronto e só foi colocar sua foto; Que usou o documento na pousada Coqueiral"*.

Dessa forma, a alegação de que o apelante *"apenas estava com o documento"* encontra-se sem qualquer respaldo nos autos, mais ainda pelo próprio depoimento do acusado em juízo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0290358-2 – 9ª Vara Criminal da Capital -PE

Impende salientar que, consoante o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, *"o crime de uso de documento falso consuma-se no momento e lugar em que o agente efetivamente utiliza o documento, consciente da falsidade"* (110436 SP 2010/00023264-9, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 04.06.2010).

Nesse aspecto, como bem salientado pela operosa Procuradoria de Justiça em seu parecer de fls. 562/659, *"No caso sob exame, o apelante efetivamente utilizou o aludido documento de identidade no Hotel Coqueiral, conforme se verifica do recibo acostado às fls. 48, consumando o delito em questão, e não apenas portava-o no momento da abordagem policial, como alegado pela defesa nas razões recursais"*.

Portanto, a autoria e a materialidade restaram indenes de dúvidas, não havendo motivos para o afastamento da certeza de que o fato denunciado ocorreu da forma narrada na peça acusatória. Entendo, portanto, que as provas contidas nos autos, conforme exposto pela magistrada *a qua* na sentença, mostram-se suficientes à condenação do apelante Leandro Soares de Lima pela prática do crime previsto no art. 304 do Código Penal, que deve ser mantida.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, mantendo a sentença condenatória nos mesmos termos em que foi proferida.

É como voto.


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL : 04.06.14
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 290.358-2 : RECIFE
APELANTE : FRANCISCO JAVIER HERRERA GAONA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO
REVISOR : DESEMBARGADOR JOAQUIM LAFAYETTE

O RELATÓRIO SE ENCONTRA ÀS FLS. 662/663 DOS AUTOS.

O VOTO DO RELATOR SE ENCONTRA ÀS FLS. 696/698 DOS AUTOS.

O VOTO DO REVISOR SE ENCONTRA ÀS FLS. 699/701 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR JOAQUIM LAFAYETTE (REVISOR)

Veja bem, Desembargador, meu voto de revisão seria negando provimento. Porém, estou lendo aqui e vejo que a modificação também é relativamente pequena entre o de Vossa Excelência Relator e o voto de Revisão. Nesse sentido, eu acompanho o voto de Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

Acompanho a Turma.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE, FOI DADO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO PARA ALTERAR A DOSIMETRIA DA PENA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

Nik